

1 **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**
2 **AMBIENTE – CONSEMA – 2024.**
3

4 Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 8:30 horas
5 iniciou a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA
6 e o Sr. Alex Sandro Antônio Marega foi o Presidente do CONSEMA, em substituição,
7 deu por aberta, com o quórum formado. Item I – Relação de presença dos
8 representantes do Conselho Pleno na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno:
9 Franciely Locatelle do Nascimento, representante da Secretaria de Estado de Meio
10 Ambiente; Adelayne Bazzano de Magalhães, representante da Secretaria de Estado
11 de Saúde; André Santos, representante da Secretaria de Estado de Agricultura
12 Familiar; Davi Maia Castelo Branco Ferreira, representante da Procuradoria Geral do
13 Estado; Marcos Felipe Verhalen de Freitas, representante da Secretaria de Estado de
14 Educação; Kálita Cortiana Seidel, representante da Federação das Indústrias de Mato
15 Grosso; Luana Maria de Andrade, representante da Federação do Comércio de Bens,
16 Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso; Edilberto Gonçalves de Souza,
17 representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Mato
18 Grosso; Fabrina Ely Gouvêa, Representante da Ordem dos Advogados; Willian
19 representante da Associação Mato-grossense dos Municípios; Sandra Susy Alves da
20 Silva, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Herman
21 Hudson de Oliveira, representante do Instituto Caracol; Márcio Augusto Fernandes
22 Tortorelli, representante do Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania;
23 Mauro Ribeiro, representantes do Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina;
24 Ilvânio Martins, representante do Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos; Álvaro
25 Fernando Cicero Leite, representante do Instituto Ação Verde; Hans Kuffner,
26 representante da Associação Diamantinense de Ecologia; Paolo Monte Cruz
27 Rodrigues, representante do Grupo Pró-Ambiental; André Zortéa, representante da
28 Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascentes do Rio Paraguai.
29 Edvaldo Belisário dos Santos, representante da Federação da Agricultura e Pecuária
30 do Estado de Mato Grosso justificou sua ausência devido ao choque de agendas.
31 Tendo o quórum firmado, com a palavra o Sr. Alex Sandro Antônio Marega questiona
32 ao Secretário Executivo do CONSEMA em designação, Enéas Corrêa Figueiredo
33 Júnior, se há informes, que informa que não há. Foi colocada em discussão a Ata da
34 9ª Reunião Ordinária de 2024, foi questionada se havia alguma consideração a ser
35 feita. O Conselheiro Álvaro aponta uma inversão de fala na página 7, atribuído a ele,
36 mas foi proferida pelo Conselheiro Sandro do CREA, sem mais ajustes. Colocada em
37 deliberação com a correção apontada, provada por unanimidade. O Presidente em
38 substituição questiona se houve pedido de urgência e inversão de pauta na 10ª
39 Reunião Ordinária de 2024, o Secretário designado informa que não houve. O
40 Presidente solicita deliberação quanto a inversão de pauta para início com o FEMAM,
41 não havendo manifestação em contrário, a palavra é passada ao Secretário Adjunto
42 de Gestão Sistêmica – Valdinei Valério para **Apresentação da Prestação de Contas**
43 **do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FEMAM.** Que iniciou cumprimentando a
44 todos, diz que fará um breve relato da legislação das normas, que em 2009 foi criado
45 a lei complementar nº 360, que criou a Conta Única do Estado, e a partir dessa data,

46 toda a arrecadação dos órgãos passam a ser creditado na conta única do Estado e a
47 SEFAZ realiza a transferência para as contas das secretarias. Que em 2012 houve a
48 alteração da Lei Complementar nº 360 pela nº 480 e 481 onde ficou determinado que,
49 da arrecadação própria dos órgãos seriam retidos 30%, e os órgãos com arrecadação
50 própria passariam a custear sua folha de pagamento, parte do pagamento pessoal.
51 Quanto às fontes da receita da secretaria, temos a 1704 que é a fonte que recebe os
52 recursos transcritos da União originários de royalties destinado à saúde educação,
53 referente a royalties de petróleo e gás. A fonte 708 se refere a exploração mineral, a
54 709 a parte hídrica, 1749 é recurso que vem do IBAMA que é a taxa de fiscalização
55 ambiental, a 1759 é arrecadação própria de secretaria, a 1759.0217 é onde a
56 secretaria de meio ambiente recebe recurso de compensação ambiental, a 1899 é a
57 fonte que a secretaria recebe o recurso vinculados no caso mutirão fiscal, a 1704,
58 1708 e a 1709 a secretaria recebe do governo federal e a SEMA fica com 50% dessa
59 arrecadação, a outra parte é destinada a METAMAT. Em 2016 por meio da emenda
60 constitucional, o governo federal e o Congresso, ficaram desvinculados 30% do que a
61 SEMA arrecada, 30% fica desvinculado e fica na conta única do estado. Em 2020 foi
62 criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, então parte da arrecadação que era
63 destinada a o FEMAM e que foi originária da exploração de recursos hídricos, passa a
64 ser direcionada ao FEHIDRO. Passando a ter dois fundos que seriam o FEMAM e
65 FEHIDRO, o que for arrecadado pelo FEHIDRO fica depositado numa fonte e uma
66 unidade gestora separada para execução de gasto, com despesa relacionada à
67 gestão hídrica. Em 2023 houve um superávit, com relação a 2022 do que foi
68 arrecadado e não executado, na fonte 1500 que é a recurso do Tesouro R\$92.437,63,
69 da fonte 1700 que são os Convênios R\$ 6.130.630,72 da arrecadação do IBAMA,
70 recurso do IBAMA da fonte 1749 sendo um total de R\$ 45.947.687,72. Da
71 arrecadação própria do órgão, a fonte 1759 teve um superávit de R\$ 141.793.703,26,
72 da 1759.217 que é de compensação, o saldo de 35 milhões aproximadamente e na
73 1799 R\$ 9.804.463,00, a 1799 é o recurso da lava-jato que foi destinado ao combate
74 incêndios florestais. Ao final de 2022 ocorreu uma mudança no tesouro, STN,
75 alteração de fonte e com isso houve certa dificuldade para implementar essa
76 mudança. A fonte 1749 ficou com um valor de 45 milhões, porém parte dessa receita
77 é originária das fontes 1704, 1708 e 1709 que vem do Ministério de Minas e Energias,
78 esse recurso foi fechado ao final do exercício, ficando esses saldos financeiros
79 registrados no balanço. Com um superávit financeiro de 2022 parte dele foi aplicado
80 em despesas organizacional de manutenção do órgão gasto com passagem,
81 manutenção predial, e vigilância da sede e dos parques estaduais e desenvolvimento
82 de sistema locação de veículos combustível, contratação dos documentos da área
83 finalística e contrato da plataforma de gestão via satélite do desmatamento de
84 combate a queimada, contrato e licenciamento fornecimento de imagem via satélite, e
85 obras referente ao projeto do centro de triagem, reabilitação dos animais silvestres e
86 também o combate aos incêndios, desmatamento, essas despesas foram cobertas
87 com superávit. A arrecadação própria dentro do exercício não tem sido suficiente para
88 custear todas as despesas do órgão. No exercício em que se apura o superávit, é feito
89 reforço orçamentário com o recurso do superávit. Em 2023, a fonte 1700 que são de
90 convênios, de contrato com o BNDS foi iniciado com uma receita, de R\$2.759.000,00
91 e realizou R\$ 4.654.000,00 em torno de 168.70%, essa receita é repassada conforme

for licitado, executando e contratando. As despesas da TFA /MT (IBAMA) foram iniciadas com previsão de receita de R\$5.687.074,00 e foram realizados R\$8.983.820,23 aproximadamente. No recurso próprio do FEMAM da secretaria, foram previstos uma receita de 90 milhões e realizou 84 milhões aproximadamente com déficit de R\$5.920.759,78. A fonte 1759 que é a compensação ambiental, estava estimado R\$1.457.425,00 e foi realizado R\$16.864.031,73, aproximadamente. As receitas da conciliação dos termos de ajustamento de Conduta não foram previstas para esse ano, e, no entanto, foram realizados R\$10.244.009,38 aproximadamente. Repasse da União da fonte 1704 que é originário do petróleo foram previstos R\$2.804.06,00 aproximadamente e foram realizados R\$6.091.847,21 com o superávit de 4 milhões na fonte 1708, 5 milhões na 727. O conselheiro Herman Hudson pelo Icaracol, interrompeu com intuito de realizar questionamentos, que do ponto de vista metodológico fosse mais interessante as interrupções durante a apresentação, em blocos de arguição. Porém, o Presidente Alex, respondeu que os durante a apresentação pode ser que já responda as dúvidas, então sugere que os questionamentos sejam feitos ao final da apresentação. Valério, retoma a sua apresentação, que em 2023 a secretaria teve um déficit de orçamentário de realização da receita, na fonte 1759 que é a receita própria do órgão foi previsto arrecadar R\$ 90 milhões e foi arrecadado 84 milhões, o que ocasionou um déficit de R\$5.920.759,78, aproximadamente. Quanto aos pagamentos por LOA, a secretaria teve um gasto com pessoal de R\$183.512.000,00, aproximadamente, sendo que parte dessa despesa é custeada pela fonte 1500 que é recurso do Estado e sendo que pela SEMA é de R\$43 milhões, aproximadamente e mais 11 milhões, que dá em torno de 54 milhões com recurso próprio do órgão. Que atualmente parte do custeio de pessoal é feito pela secretaria, que em 2023 foi em torno de 50%, em 2024 de 17% com recurso da secretaria, e do superávit foram custeados R\$11.905.00,00, aproximadamente, e da receita corrente do órgão R\$43 milhões. No que tange às Despesas Correntes de manutenção de serviço do órgão, da receita do Estado foi em torno de R\$2.153.000,00 e foi executado R\$69 milhões aproximadamente, sendo que das fontes que vem da Minas e energia foram utilizados R\$1.686.000,00 R\$4.525.000,00 e R\$4.474.000,00, da arrecadação própria do órgão nós utilizamos 32.953.000,00. Do recurso que vem IBAMA R\$4.595.000,00 que é a taxa de fiscalização ambiental. Com o superávit completou o gasto com a despesas, com a fonte 2749 que é da taxa de fiscalização ambiental em torno de R\$8.143.000,00 e da arrecadação própria do órgão R\$9.084.000,00 parte dessa despesa de manutenção foram completadas com superávit financeiro. Investimento, o órgão em 2023 investiu R\$3.551.000,0 aproximadamente, sendo que R\$50.000 apenas da conta única do Estado, total do orçamento da receita utilizada na secretaria no ano de 2023 foi R\$26.260 - 539,00, esse foi o gasto da secretaria no exercício de 2023. Do Comparativo de Receita e Despesa, em 2023 foram previstos 251 milhões de receita para secretaria, realizou 282 milhões, foram empenhados 271 milhões e executou 256 milhões gerando um saldo financeiro de R\$57.382.412,00. Quando ocorre essa diferença entre empenhada e executada, é a parte que ficou em resto a pagar, então por isso que não parece que 100% da empenhada, foi executada. No exercício de 2023 executamos R\$271.000.000,00, sendo pago R\$256.000,00 dentro do exercício, e a diferença foi pago em resto a pagar. Do exercício de janeiro a julho fazendo um comparativo com o

primeiro semestre de 2024, o apoio administrativo que é o programa de governo onde vai todas as despesas administrativas, começou com uma dotação inicial de 210 milhões aproximadamente e empenhamos e executados R\$126.542.000,00 e no decorrer do exercício foi necessário suplementado com recursos superáveis financeiro para que pudesse custear a despesa do órgão. No programa 393 que é de conservação ambiental, do programa finalista, começou com um orçamento de R\$32 milhões e executou R\$33.501.000,00, aproximadamente. As operações especiais que são do PIS/PASEP que são os impostos, iniciou com um orçamento de R\$2.42.000,00 e fechou com empenho e execução de R\$902.337,00. Com o pagamento dos aposentados e pensionista começou com R\$6.420.000,00 de orçamento e fechou com a despesa e a execução de R\$3.743.000,00. O exercício 2024 iniciou e ao fechar o balanço foi apurado um superávit financeiro da Secretaria, na fonte 1500, que é do Tesouro - R\$7.735.000,00, de convênios a fonte 1700 -R\$7.937.000,00, das fontes que vem da Minas e Energia, a fonte 1704 -R\$4.053.000,00, a fonte 1708 - R\$2.345.000,00, a fonte 1709 - R\$282.000.000,00. Do recurso que vem do IBAMA - R\$36.174.000,00 essa fonte aparentemente tem um saldo muito elevado, mas em decorrência da mudança da codificação das fontes no STN, devido a mudança e a dificuldade na operacionalização. Que parte desse valor que era oriundo da Minas e Energia ficou contabilizado nessa fonte 1749, o que aparentemente dá a impressão, de que nós tivemos um valor muito alto nessa arrecadação. A fonte 1759 que é arrecadação própria do Estado obteve o superávit financeiro em 2023 de R\$115 milhões, aproximadamente. Da fonte 1759, que é de compensação ambiental, houve um superávit de R\$49.563.000,00. Na fonte 1799 que é da do lava jato ficou o saldo financeiro de R\$5.296.000,00 e a 1899 que é da conciliação dos TACs tivemos saldo financeiro de R\$10.244.000,00. O superávit financeiro apurado, foi feito um reforço na folha de pagamento por que o valor era insuficiente, devido as contratações temporárias, foi necessário um ajuste no orçamento. A contratação para fornecimento de expansão de infraestrutura e convergente que é uma estrutura de Tecnologia de Informação, a contratação de fábrica de software, que é para desenvolvimento de sistemas que a secretaria está trabalhando para ter a gestão 100% digital, a reforma e ampliação da secretaria que foi feita a licitação este ano, que já iniciou as obras para reforma e ampliação do anexo, a obra e a reforma da ampliação do Centro de Triagem do Pantanal, está sendo construindo o Centro de Atendimento dos animais silvestre, no centro político administrativo, este também foi suplementado porque um recurso já estava destinado para essa finalidade, e também para o SIPAN que é um Centro de Atendimento integrado no Pantanal em Poconé que será integrado aos Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente e o Batalhão da Polícia Ambiental, ainda está em fase de contratação, e atender o plano de ação de combate desmatamento florestal, e incêndios florestais que é o recurso da lava-jato e outra parte do recurso é usado com recurso próprio da secretaria, que esse recurso é executado em parceria com a SESP, existe um termo de cooperação, que destaca o recurso para eles, fazem parte da contratação e outra parte fica com a secretaria. Em 2024 foi feito um levantamento da execução da despesa até a julho de 2024, então na fonte 1700 é de convênio tiveram uma receita realizada R\$289.000,00, esse convênio está em fase de finalização, encerrando em fevereiro, as contratações e despesas desse convênio está sendo concluindo agora, para que encerre em fevereiro o contrato de repasse do

184 BNDS. A TFA estava prevista 8 milhões até julho, e realizou R\$ 6.129.000,00, com um
185 déficit ainda apresentado de R\$1.870.000,00. Dos Recurso Próprio teriam
186 R\$82.011.000,00 e foi realizado R\$47 milhões para fechar o exercício, será preciso
187 arrecadar 34 milhões. A fonte 1759, que é compensação ambiental 0217, foram
188 previstos R\$ 4.825.000,00 e realizados R\$7.378.000,00, com superávit já no primeiro
189 semestre de 22 milhões aproximadamente. Da fonte 1899 que é de conciliação. Não
190 havia projeção e realizou até julho R\$ 11.315.000,00. Dos repasses da União - do
191 petróleo foi previsto R\$3.728.000,00 e realizou R\$2.986.000,00. Na fonte 1708 foram
192 previstos R\$4.813.000,00 e realizou R\$4.319.000,00 e na fonte 1709 que é de
193 recursos hídricos foram previstos R\$6.350.000,00 e realizou R\$3.506.000,00. Existe
194 uma tendência de déficit na fonte 1704 e na fonte 1709, estão sendo transferido as
195 despesas previstas para essas fontes e realocando para outras fontes que há
196 possibilidades financeiras. No total previsto de R\$109.839.000,00 no primeiro
197 semestre foi realizado R\$103.227.000,00. Pagamentos por grupo e fonte de despesa
198 e pessoal, na fonte 1500 já executou R\$ 90.719.000,00, na fonte 1759 pagou
199 R\$9.768.000,00 e na fonte 2759 que superávit financeiro R\$9.356.000,00. Despesas
200 correntes que são de manutenção e outras despesas, já executaram
201 R\$41.378.000,00, esse valor foi pago até julho de 2024. Investimento, despesa de
202 Capital, até julho foram executados R\$1.018.000,00, no segundo semestre tende de
203 aumentar por conta da contratação das obras e também pelo investimento
204 equipamento de Tecnologia da Informação, então no primeiro semestre executou
205 R\$152.242.000,00 aproximadamente. Um comparativo feito até julho de 2024, a
206 receita prevista, a receita realizada, despesa empenhada e despesa executada. Na
207 receita prevista foram 292 milhões e realizaram 203 milhões, já empenharam R\$194
208 milhões. Em despesa executada 152 milhões, aproximadamente. Com um saldo
209 financeiro de R\$66.139.000,00 em comparativa 2023/2024, em 2023 iniciou com
210 orçamento de 184 milhões, em 2024 iniciou com orçamento de 196 milhões, em 2023
211 empenhou 105 milhões, em 2024 já empenhou 114 milhões, comparando os
212 semestres. Que liquidado em 2023 no primeiro semestre foram liquidados 105
213 milhões, em 2024 liquidado 113 milhões. Executar despesa do grupo 3 – orçamento
214 inicial R\$74.964.000,00, em 2024 iniciamos com R\$109.250.000,00 empenhou no
215 primeiro semestre a despesa do grupo 3 - 48 milhões, em 2024 - 63 milhões, havendo
216 um aumento de 31,84%. Liquidado 27 milhões em 2023 no primeiro semestre de 2024
217 já liquidou R\$35.346.000,00, um aumento de 30%, pago R\$27 milhões no primeiro
218 semestre em 2023, em 2024 pagos R\$35 milhões, um aumento de 30 milhões, então
219 percebe-se que a despesa vem aumentando de uma forma significativa, o órgão está
220 trabalhado em cima da realização de receita para que possa cobrir a despesa
221 utilizando parte do superávit financeiro. O grupo 4 que é de investimento, em 2023
222 iniciou-se com R\$6.531.000,00, em 2024 - R\$8.367.000,00, havendo um aumento
223 inicialmente, empenhado R\$5.302.000,00 em 2023, em 2024 empenharam
224 R\$8.427.000,00, liquidado em 2023 - R\$663.000,00, em 2024 - R\$1.018.000,00, pago
225 R\$575.000 em 2023, já em 2024 pagamos - R\$1.018.000,00, essa despesa tende a
226 aumentar por conta dos investimentos em equipamentos da secretaria quanto também
227 às obras. Em 2024, o apoio administrativo iniciou com uma dotação orçamentária de
228 R\$230 milhões e estão com um orçamento de R\$258 milhões, sendo que já
229 empenhou R\$140 milhões. A fonte 93 que é o programa finalístico iniciou com 53

230 milhões, e tem um orçamento atualmente em torno de R\$96 milhões despesas
231 especiais que é o PIS/PASEP que iniciou com R\$1.316.000,00 e já está com
232 R\$1.556.000,00. Aposentados começaram com R\$7.215.000,00 e não houve
233 necessidade de aumento do orçamento. Finaliza e se coloca à disposição. Em
234 discussão. O conselheiro Ilvânio pela ECOTRÓPICA com o primeiro questionamento,
235 a respeito das despesas e das atribuições dos valores apresentados, pergunta em
236 qual das unidades houve atribuição de valores com relação ao centro de triagem de
237 animais silvestres, se nesse documento tem a informação específica para qual centro,
238 e se é novo ou um centro já existente. Em resposta ao questionamento o secretário
239 adjunto Valdinei Valério, existe 2 centros triagem que está sendo construído no Centro
240 Político Administrativo, que está em torno de 8 milhões, parte do custeio dessa
241 despesa é uma Emenda Parlamentar do Senador Wellington Fagundes, no qual
242 cooperação técnica com a SEDEC, a SEMA complementou com valor em torno de 5
243 milhões com a receita própria para construção desse centro. Que a do Centro Político
244 Administrativo foi contratado no ano de 2023 para a execução da obra, que se iniciou
245 este ano, e é um centro novo que vai atender todos os animais silvestre, será
246 construído também outros polos e hospital para atendimento mais especializado, e
247 estão também com uma construção, em fase de contratação, com muita dificuldade
248 na conclusão da entrega do projeto, que é o CIPAN, no Pantanal, será uma reforma e
249 ampliação, em parceria com os bombeiros a polícia ambiental e a SEMA fazendo
250 acolhimento, primeiro o atendimento aos animais e depois transferir aqui para setas.
251 Ilvânio diz que o Estado, a título de informação para os demais conselheiros, tem uma
252 obrigação vencida a construir cinco SETAS no Estado de Mato Grosso, dentre essas
253 cinco SETAS, uma é ACP. E solicita afirmação acerca se desses os recursos que
254 foram destinados especificamente para o orçamento executado apenas para esse
255 centro, novo, da região do centro administrativo. Após a fala do conselheiro Ilvânio, o
256 secretário Valério continuou, temos, também, um em LUCAS do Rio Verde que foi
257 construído com recurso da SEMA onde foi feito um convênio e transferido para
258 prefeitura Lucas de Rio Verde, foi construída e está em fase de transferência para o
259 Estado. Com a palavra, Ilvânio ainda questiona se ainda não tem orçamento para
260 execução dos demais centros. O Secretário Valério respondeu, que os outros três
261 estão sendo analisados, local e área para poder fazer a contratação da obra. Com a
262 palavra o secretário Alex Marega que diz da existência de uma ação civil que o Estado
263 foi acionado pelo MP, e inclusive tem sido um dos parceiros na execução e do
264 cumprimento dessa obrigação, então o grande investimento que está sendo feito é
265 esse Centro Integrado de Reabilitação de Animais Silvestres em Cuiabá, a obra já
266 está em andamento já tem recurso empenhados conforme foi visto. Tem uma SETAS
267 que foi construído em Lucas do Rio Verde com recurso da SEMA, está sendo
268 construindo um centro integrado no Pantanal que é o CIPAN e também vai ser
269 operacionalizado uma forma de atendimento emergencial dos animais,
270 especificamente do Pantanal e a ideia é que possa também ter um centro a ser
271 construído em Barra do Garças, então já são quatro, dos cinco, quatro já existem
272 projetos e recursos a serem desembolsados. Valério complementa que disse que
273 está sendo feito nas unidades regionais, um recinto para acolher os animais e fazer o
274 primeiro atendimento. Ilvânio encerra os questionamentos se dando por satisfeito. O
275 Conselheiro Herman perguntou, se possível a partir dos dados oferecidos, se é

276 possível saber o quanto foi aplicado em unidades de conservação. Valério respondeu
277 que não trouxe por programa, mas, que pode depois enviar os quanto que foi
278 investido na ação específica de unidade de conservação. Herman disse que gostaria
279 muito de ter essas informações. O secretário Valério respondeu dizendo que enviará
280 por e-mail dos anos de 2023, 2024 e previsão para 2025. O conselheiro Herman ainda
281 fez mais dois questionamentos, se o recurso proveniente do REM, está alocado em
282 convênios. E se teria um balanço, proveniente de multas, e de alto de infração, se
283 teria esses números em separado. O Presidente Alex Marega respondeu que o Mato
284 Grosso não recebe o recurso financeiro do programa REM, o que o estado e o
285 beneficiários de um projeto do KFW, cujo recurso foi depositado no fundo Brasileiro do
286 Meio Ambiente, que é o FUNBIO, que faz todo o pagamento e prestação de contas ao
287 KFW, logo, esses recursos não entram no orçamento do Estado, quando recebemos
288 algum bem, é patrimoniado para o Estado, mas não entra para contas nem das
289 prestações de contas via TCE/TCU, porque é um recurso que deve ser prestado conta
290 ao governo Alemão pelo FUNBIO. Então nesse caso não entra nas contas estaduais.
291 Valério completou dizendo é um recurso extra orçamentário, não passa pela
292 secretaria e quanto a infração, que temos sim, mas que não detalhou por natureza
293 despesa, mas eu pode enviar também quanto se estimou por autos de infração e
294 quantos que a gente realizou no exercício 2023, como que está em 2024 e a projeção
295 para 2025. Esclarece que a estimativa, a projeção da receita para exercício seguinte,
296 que é o que vai se transformar em orçamento, esse trabalho é coordenado pela
297 SEFAZ, e fazem estudo junto a secretaria e muitas vezes sai o estimado, a além do
298 que é a capacidade, então essa ainda é uma dificuldade que está em fase de
299 organização com SEFAZ, para melhorar a projeção da receita tanto para não ser
300 muito acima do da nossa capacidade e nem muito aquém da nossa capacidade,
301 porém enviará para o todos o que foi previsto para auto de infração. Herman
302 agradece. O Conselheiro Álvaro pelo Instituto Ação Verde disse que precisa de algo
303 por rubrica, para entender melhor para onde que foi, por exemplo, tem dúvidas quanto
304 é o custo da contratação da plataforma que faz o suporte ao desmatamento, à
305 queimadas, que deve ser a Planet, qual valor que é pago. E pergunta ainda, que se
306 estão aprovando o que foi executado, se aprovam o que foi orçado. O secretário Alex
307 Marega respondeu, é uma prestação de contas, não estão solicitando aprovação, isso
308 é por parte do TCE. Valério complementa que a lei não prevê a aprovação, nem da
309 elaboração do orçamento e nem da execução, e sim a prestação de conta, quanto as
310 destinação dos recursos financeiros do órgão e com relação ao detalhamento de
311 despesas, como foi a primeira apresentação não sabia exatamente o que que
312 gostariam de que fosse apresentado, foi feito dentro que entenderam que era
313 necessário, mas podem sim enumerar essas que são mais significativas e mais
314 representativas para que possam ter conhecimento, e encaminhar todas as rubricas,
315 todas as despesas executadas no ano de 2023 e 2024, primeiro semestre. O
316 Conselheiro Edilberto pela FETIEMT, gostaria de retirar um pedido, que essas
317 informações foram requeridas, tanto como pelo Herman como pelos demais
318 conselheiros, que também fosse enviado para todos. Valério disse que vai enviar a o
319 CONSEMA e para transmitir a todos os conselheiros. Valério questiona se pode enviar
320 as despesas mais representativas, ou vocês querem todas as despesas,
321 independentemente do valor. Álvaro respondeu, que a mais representativa é suficiente

322 e que os demais colegas se manifestaram. Valério responde que enviará as despesas
323 mais representativas aos CONSEMA. Alex Marega leu o comentário da conselheira
324 Fabrina pela OAB no chat, que gostaria fosse informado os beneficiários dos contratos
325 de convênios, TACs, UCs, Quais empresas profissionais foram contratados e os
326 respectivos valores. Alex Marega pergunta se a dúvida é com relação ao programa
327 REM, que podem encaminhar a solicitação para o FUNBIO, e pedir para que eles
328 possam encaminhar essas informações, e se for sobre o orçamento aqui do Estado, o
329 secretário Valério irá anotar e providenciar. Alex ainda aponta a obrigação da lei da
330 transparência, que todas essas informações são públicas e estão no portal da
331 Transparência do Estado, e que estão apresentando apenas um compilado de
332 informações. Relata que é um conjunto de informações gigantescas, e para um
333 projeto de estudo de Mestrado, precisou compilar os balanços do Estado dos últimos
334 20 anos e demorou seis meses, que cada balanço do Estado tem em torno de 800
335 páginas. E estamos tentando fazer esse compilado, porque isso já é feito no dia a dia.
336 Valério diz que, mensalmente, é enviado a prestação de contas para o CONSEMA, e
337 também, anualmente, a prestação de contas do ano visando que seja enviado a todos
338 os conselheiros, rotineiramente, desde do ano de 2008. A Conselheira Fabrina,
339 responde no chat que seja apenas o ano de 2023 e 2024, sobre o orçamento do
340 Estado, e foi tomada nota do pedido. Não havendo mais interesse no uso da palavra,
341 o Presidente Alex agradece a participação do Secretário Adjunto Sistêmico, Valério e
342 de toda sua equipe. Valério reforça que caso tenha alguma sugestão, de como foi
343 abordado inicialmente, quanto à apresentação que encaminhe para o Secretário
344 Executivo - Alex, visando o aperfeiçoamento na apresentação, se colocando mais
345 uma vez à disposição e encerra sua participação. Com a palavra o Presidente Alex,
346 informa que na última reunião o Conselheiro Vicente Falcão solicitou que a educação
347 ambiental realizasse uma apresentação sobre A3P, que não foi incluída na pauta, mas
348 por ser uma apresentação breve e para esclarecer alguns pontos. Caso ninguém seja
349 contrário, a Superintendente de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão,
350 Juliana Meneses de Carvalho está presente para fazer essa apresentação, em
351 atendimento ao pedido. Não havendo manifestação contrária, o Presidente passa a
352 palavra para Juliana, que inicia agradecendo a oportunidade de falar um pouco sobre
353 a Agenda Ambiental, fazendo um histórico bem breve e como estão atuando em cada
354 eixo. Que a Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa do Ministério
355 do Meio Ambiente de adesão voluntária dos órgãos públicos que visa estimular as
356 práticas sustentáveis dentro dos órgãos públicos, trazendo essa preocupação com a
357 eficiência na Gestão Pública, e que tenha indicadores de sustentabilidade
358 promovendo a melhoria na qualidade de vida do ambiente de trabalho e unindo essa
359 proteção à natureza, inclusive com a redução de gastos, como um dos reflexos das
360 ações sustentáveis que A3P propõe. A A3P foi criada e em 2004 a, então, FEMA
361 adotou os princípios, em 2010 a SEMA fez essa adesão e em 2015 Mato Grosso
362 aderiu. E que é importante ressaltar que o governo de Mato Grosso é o único governo
363 no Brasil que enquanto governo fez a adesão, pois essa adesão pode acontecer pelos
364 órgãos da administração direta e não, necessariamente, todo o governo, mas Mato
365 Grosso foi o pioneiro em realizar essa adesão, sendo renovada em 2022. Então A3P,
366 ela é toda permeada pelos 5R's da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem a
367 premissa de Repensar, Recusar, Reduzir, reutilizar e Reciclar, atuando nesses eixos

que vão desde o uso racional de recursos naturais e bens públicos, como se usa a energia, como que são utilizados os recursos hídricos, a gestão adequada dos resíduos sólidos, promover a qualidade de vida do ambiente de trabalho, promovendo a contínua sensibilização dos servidores em relação a esses temas. Que hoje no governo está estruturada da seguinte forma, o decreto nº 398/2020 que foi publicado em 2020 que instituiu a Comissão Gestora Central formada pela SEPLAG, SINFRA, Casa Civil e SEDUC, e a SEMA enquanto Presidente e Secretaria Executiva da Comissão Gestora Central. Todas as demais secretarias que fizeram a adesão voluntária a A3P, também, indicam os membros para fazer parte dessa Comissão Gestora Central, ainda o decreto nº 398/2020, também disciplinou os grupos técnicos que atuam em cada um dos eixos para disseminar os conhecimentos entre os órgãos que fizeram a adesão A3P. Que em relação ao uso de recursos naturais e bens públicos, de gestão adequada, dos resíduos sólidos, as secretarias que fizeram a adesão construíram os seus programas gestão socioambiental, devidamente aprovados pelas adjuntas sistêmicas e a SEMA junto com a Casa Civil fez todo o apoio e monitoramento na construção desses planos, que hoje temos 21 secretarias que fizeram a adesão voluntária a A3P, e esse número vem subindo, porque o governo federal está mudando alguns dos critérios para avaliar a saúde da dos órgãos que recebem convênios, então além de todos os itens de sustentabilidade econômica. Demonstra como foi construído o termo de adesão junto com o Ministério do Meio ambiente e o Governo de Mato Grosso, trazendo várias diretrizes que estamos cumprindo de acordo com o que foi celebrado neste termo de adesão, e todas as informações que alimentam dentro do sistema do Ministério do Meio Ambiente que mede os indicadores de quanto estão evoluindo em suas ações sustentáveis. Sem mais, se coloca à disposição para perguntas e sugestões. A Conselheira Adelayne questiona se a SES não fez a adesão à A3P. Juliana explica que na lista não possui o nome da Secretaria de Saúde, entretanto, diz que pode verificar se houve publicação, pois, cada secretaria faz a adesão e publica portaria com os seus membros, indicando para compor a Comissão Gestora Central, o seu titular e o suplente que irá vir fazer parte das reuniões, afirma que vai checar e informá-la. O Conselheiro Herman diz que com base na sua experiência em educação ambiental e no tempo das pesquisas que desenvolveu no grupo pesquisador em educação ambiental junto a professora Michele Sato na UFMT, pergunta se existe algum componente de diálogo com povos indígenas e PCT's, que em tese os referenciais de sustentabilidade não estão dentro das áreas urbanas, que representa meramente drenos de serviços ecossistêmicos, e diferentemente dos PCT's e os povos indígenas são promotores, por sua relação com o ambiente natural, desses indicadores reais de sustentabilidade. Sugere visitas nessas comunidades, realizando um canal de diálogo de orientação quanto aos serviços urbanos e de como interferem nos serviços ecossistêmicos. Juliana esclarece que a Educação Ambiental tem a preocupação do diálogo com comunidades tradicionais e povos originários, que possuem várias ações que endereçadas a esse público, principalmente no fortalecimento e defesa de seus territórios. E que até mesmo o programa REM, cita exemplo, que irão entrar numa fase que as salvaguardas serão ser cada vez mais fortalecidas, justamente para que essas populações sejam cada vez mais ouvidas e tenham seus direitos respeitados. E que A3P são indicadores, em relação à estrutura física propriamente dita, é claro que isso

414 não impede que com mais contato com essas comunidades, se aprenda com eles e
415 trazer para o centro, que a troca com diálogo se encontre inovações e possam
416 melhorar a vida das nossas nas cidades e nos centros urbanos, que acabam
417 esgotando muitos recursos naturais. A que a A3P é uma tentativa de minimizar esses
418 impactos. Herman pede a palavra para se desculpar pelo equívoco, pois tinha
419 entendido que seria uma apresentação em termos de Educação Ambiental, no
420 aspecto amplo, e não focado no programa e agradeço. Juliana complementa que a
421 Educação Ambiental está à disposição, caso queiram uma apresentação de todas as
422 atividades desenvolvidas pela Superintendência. O Presidente elucida que o
423 Conselheiro Vicente Falcão solicitou um recorte específico quanto a A3P, mas que se
424 for solicitado podem providenciar uma apresentação sobre a Educação Ambiental.
425 Herman afirma que deseja registrar a solicitação e agradece. Alex, informa que a
426 apresentação sobre a A3P está disponível a todos no chat, aproveita e solicita que a
427 Juliana providencie a referida apresentação, ainda diz que inclusive teve algumas
428 discussões com os batalhões de Polícia Ambiental, que tem se tem cinco batalhões, e
429 vai chegar a seis batalhões, onde também fazem educação ambiental e a ideia é que
430 possa integrar isso. Juliana agradece sua participação e se despede. Passando para
431 a próxima pauta. **Prorrogar por mais seis meses a Resolução nº 14/2024 de**
432 **26/04/2024, referente a Comissão Especial Temporária sobre Licenciamento da**
433 **Cogeração de Energia em Empreendimentos de Etanol do Milho no âmbito do**
434 **Estado de Mato Grosso/MT, para dar continuidade aos estudos e apresentar**
435 **relatórios e estudos prévio.** Passando a palavra ao Conselheiro Álvaro, Presidente
436 da referida comissão, que relata que estão na parte final, e que foi enviado para
437 manifestação da PGE, porém retornou com o prazo estipulado vencendo, e a
438 necessidade da prorrogação é para a conclusão dos trabalhos, e que na próxima
439 reunião de dezembro já encaminham para pauta deste Pleno. Em deliberação, não
440 havendo. Em votação, foi aprovado por unanimidade a prorrogação por mais seis
441 meses da Resolução nº 14/2024 de 26/04/2024. **Processo nº 7005771/2021 - Nilson**
442 **Bonádio - Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** O Presidente contextualiza
443 que este processo foi pedido de vistas pelo Conselheiro Rodrigo Bressane
444 representante da IESCBAP, na reunião anterior. Passando a palavra para a
445 Instituição. O Conselheiro Mauro, esclarece que Rodrigo participaria desta reunião,
446 contudo teve imprevisto com o voo, e não conseguiu entrar na reunião por esse
447 motivo, e Mauro entrou somente agora que fora avisado, pede desculpas. Ainda diz
448 que o voto vista foi encaminhado para o CONSEMA, no sentido de que o processo
449 retornasse à SEMA para correção. Em atendimento ao mesmo, foi retirado de pauta.
450 Próximo, **Processo nº 411018/2017 – Agropecuária Três Estrelas Ltda. –**
451 **Recomendações de Dispensa de EIA/RIMA;** Valmi tem a palavra e informa que
452 após a inclusão na pauta, houve a suspensão do CAR em virtude de drenos
453 irregulares, e solicita a retirada de pauta. Pedido atendido. **Processo nº 11809/2022 –**
454 **Bruno Melcher – Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** Com a palavra o
455 Superintendente Valmi Lima, que o processo se trata DE Sistema de Irrigação com
456 743,64 hectares, na zona rural do município de Querência/MT, vindo à consulta ao
457 Pleno, quanto a recomendação de dispensa por se encontrar na Zona de
458 Amortecimento da TI Parque do Xingu. O município de Querência foi emancipado em
459 1991, com área de 17.799,989 km², com a população de 26.769 habitantes. Apresenta

relatório de traçado e fotográfico, localização geográfica e CAR do empreendimento. A atividade está há 10km de distância do Parque do Xingu, que tem área 2.642.003,93 hectares e a população de 6.177 habitantes, com povos de diversas etnias. Demonstra imagens da reunião com as lideranças da comunidade local cumprindo a CPLI. Documentação Pertinente: Plano de Controle Ambiental – PCA; Impactos Ambientais; Medidas Mitigadoras; ATA da reunião de consulta com os índios; ofício enviado à FUNAI. Impactos Ambientais: Exposição do solo; Emissão de gases; Perda de áreas de vegetação nativa; Perda de habitat da fauna terrestre. Medidas Mitigadoras: Respeitar os limites da AEP; Identificação e preservação das áreas proibidas de corte; Promover a supressão a partir das bordas mais distantes das áreas de vegetação nativa e ir em direção ao centro dessas áreas, garantindo a possibilidade de fuga dos animais. O projeto foi apresentado por equipe técnica e analisada pela SEMA. Recomendação de dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 176993/CAPIA/SUIMIS/2024 que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA/RIMA por ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental. Anuência das lideranças indígenas da TI Parque do Xingu – apresentação da CLPI e OIT 169 atendida. Em discussão. Conselheiro Herman relata que na última reunião havia solicitado a retirada deste projeto para ser melhor instruído, porque contém nele uma questão de intervenção sobre APP – área de reserva legal, visando trazer pesquisas de dados primários, não secundários. E identificou relendo o processo que o empreendedor somente copiou aquilo que tinha mandado anteriormente, e incluiu novamente, ou seja, o processo retornou sem que tenha atendido às questões. Superintendente Valmi, responde que o processo foi enviado ao analista e o mesmo constatou que as informações solicitadas estavam dentro do processo, e para o entendimento da equipe técnica da SEMA elas são satisfatórias, e com relação à questão da AP, esclarece que não conseguirá realizar captação se não se aproximar do curso d'água, e o que se tem estabelecido é a invasão mínima. Herman reafirma que discorda da SEMA, de que o protocolo de consulta livre, prévio e informado, tenha sido cumprido. Que o protocolo não pode ser uma reunião. O protocolo é um documento que tem procedimentos metodológicos, e toda a comunidade impactada, seja indígena ou comunidade tradicional precisa ter um protocolo de consulta, sendo diretrizes e cada vez que o empreendedor tenha atividade a ser licenciada, interferindo dentro dos parâmetros normativos daquela comunidade, através da mediação do Estado, pois o terceiro interessado não pode entrar em contato com as comunidades sobre o risco de conflitos, exemplifica com o caso Estivadinho III. Que o protocolo vai dizer para o Estado, como ela deseja ser consultada, quais os procedimentos e reforça que somente uma reunião não pode ser considerada como um protocolo de consulta, exteriorizando mais uma vez a contrariedade em relação a compreensão do que é um protocolo de consulta nos termos da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, finaliza e agradece. Não havendo mais interesse em manifestação. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA – Processo nº 11809/2022 - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, PGE, SEDUC, FIEMT, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ITEEC, ADE, IAV, GPA E APRAPA. Contrário à dispensa: ICARACOL, ECOTRÓPICA e IESCBAP. Considerando a decisão, por maioria, com 16 (dezesseis) votos, fica aprovada a

dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 11809/2022 - Bruno Melcher, consequentemente referenda o Parecer Técnico nº 176993/CAPIA/SUIMIS/2024 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Ultimo da pauta - **Processo nº 12928/2023 - Netos Agropecuária Ltda. - Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA**; Com a palavra Valmi Lima, que o processo se trata de atividade de irrigação por pivô central, a deliberação neste Pleno, quanto a recomendação de dispensa, por se encontrar na Zona de Amortecimento da TI Tirecatinga no município de Sapezal. Que o município de Sapezal foi emancipado em 1994, com área de 13.614,552 km², com uma população de 28.944 habitantes. Apresenta mapa, relatório fotográfico do empreendimento e CAR. Que a TI Tirecatinga possui 131 mil hectares e uma população de 244 habitantes. Demonstra imagens da reunião com as lideranças da comunidade local cumprindo a CPLI. Demonstra imagens da consulta livre, prévia e informada e ata da reunião, devidamente assinada e sem objeção. Documentação Pertinente: Plano de Controle Ambiental – PCA; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Impactos Ambientais; Medidas Mitigadoras; ATA da reunião de consulta com os índios; foi enviado em 27/05/2024 ofício para a FUNAI. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras: O terreno é plano e distante de mananciais, então não há problemas com escoamento de detritos para o corpo hídrico. Não apresentou nenhum processo erosivo e assoreamento de corpo hídrico, devido a quantidade de declividade baixa do solo, não havendo necessidade de projetos mitigadores. Impactos da instalação de ampliação e operação dos equipamentos de irrigação será pontual e não haverá manejo de fertirrigação e defensivos agrícolas através de equipamento de irrigação. O projeto foi apresentado por responsável técnica e analisado pela SEMA. Recomendação de dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 181284/CAPIA/SUIMIS/2024 que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA/RIMA por ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental. Anuência das lideranças indígenas da TI Tirecatinga - OIT 169 atendida. Em discussão. Não havendo interesse. Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA – Processo nº 12928/2023 - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, PGE, SEDUC, FIEMT, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ITEEC, ADE, IAV E APRAPA. Contrário à dispensa: ICARACOL, ECOTRÓPICA e IESCBAP. Contrário à dispensa: ICARACOL. Considerando a decisão, por maioria, com 15 (dezesete) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 12928/2023 – Netos Agropecuária Ltda., consequentemente referenda o Parecer Técnico nº 181284/CAPIA/SUIMIS/2024 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Assuntos Gerais:** Com a palavra Herman, diz que lamentavelmente não há nenhum representante da SEDEC presente, e lembra que na apresentação da Presidente Mauren, o ICARACOL fez uma consideração, à guisa do chamado do Ministro Flávio Dino, em relação aos combates aos incêndios no Mato Grosso, e que o secretário/representante da SEDEC realizou considerações de caráter controverso, um discurso que reinou durante ao último governo federal em relação às organizações não governamentais, oferecendo um raciocínio que causou bastante incômodo, sugerindo que o ICARACOL recebe recursos internacionais para ficar fazendo proselitismo político ou ideológico em relação do seu posicionamento, e afirma ser uma absoluta inverdade, pois é público que inclusive, se retirou no último mandato por não dispor de

552 recursos para fazer valer a prerrogativa de exercício de controle social dentro deste
553 conselho. E acha deplorável um secretário fazer ilações dessa natureza, uma vez que
554 indis põe a sociedade e opinião pública, em relação às organizações não
555 governamentais, e gostaria de deixar este registro. E finaliza dizendo ser um discurso
556 preconceituoso e infundado em relação ao trabalho desenvolvido e agradece. Não
557 havendo mais inscrições para o uso da palavra livre e não tendo mais nenhum
558 assunto a tratar. O sr. Alex Sandro Antônio Marega, Presidente do CONSEMA em
559 substituição, agradece a participação e disposição de todos, deu por encerrada a 10ª
560 Reunião Ordinária do CONSEMA, a ata foi lavrada pela Sr. ^a Valéria Auto Botelho e
561 assinada pela presente.

562 Alex Sandro Antônio Marega
563 Presidente do CONSEMA,
564 Em substituição
565